

A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO DEPOIS DE SUA OBRIGATORIEDADE EM 2008: AVANÇOS E PERSPECTIVAS

09/2011

Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

ALMEIDA, Carlos Fernando de
feuboc@bol.com.br

A Sociologia passa a ser exigida de forma obrigatória na Educação Básica em 2008. Esta mudança veio com a alteração da legislação educacional, colocando-a presente nas três séries do ensino médio. Este é o trecho do artigo 36 da Lei de Diretrizes Básicas da Educação - LDB que altera com os dizeres: “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”. A mudança se dá no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sendo assinada pelo então presidente em exercício, o vice, José de Alencar. Houve mudança na Lei de 1996 que grafava o seguinte: “o educando egresso no ensino médio deverá demonstrar conhecimentos de Sociologia e Filosofia”. A Lei 11.684, de 02 de junho de 2008 revoga o inciso III do parágrafo 1º do artigo 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, fazendo então a reforma na Lei de Diretrizes Básicas de Educação do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sociólogo que vetou a proposta de obrigatoriedade, quando naquela ocasião esteve na presidência do país e tinha Paulo Renato como seu Ministro da Educação. Agora, neste período de 2008, o ex-ministro de FHC ocupava o cargo de Secretário da Educação do Estado de São Paulo. Tudo isso torna o contexto da volta da Sociologia um caso emblemático.

Como professor de Sociologia da rede Pública paulista, em especial compondo o quadro de professores efetivado no último concurso, 2010, atuando em

escolas da região Leste de São Paulo, antes mesmo da obrigatoriedade da Sociologia, pude então vivenciar o contexto desta mudança, estou lotado na EE Infante Dom Henrique, com um total de novecentos e três alunos matriculados no ensino médio. Assim, com o meu caminhar pedagógico, presenciei de forma real as aulas nas escolas públicas para alunos dos períodos matutino e noturno.

Como seria possível para o professor desenvolver uma metodologia de ensino permeada pela realidade do ensino público e contemplado com a diretriz que determina que a disciplina deva ser ministrada nas três séries deste ciclo? Qual o critério de arranjo curricular utilizado que permitiu a educação pública paulista adotar um modelo que disponibiliza somente uma (01) aula de cinquenta (50) minutos em cada série do ensino médio, por semana, nas escolas públicas paulistas? Estaria o professor reflexivo sobre esta questão, pois no atual modelo educacional, ao assumir uma carga horária de 33 aulas, teria 33 diários de classes com no mínimo 35 alunos em cada turma. Ao mesmo tempo:

[...] o aumento do número de aulas por dia ou de dias letivos por ano desacompanhado de um projeto de escola e de formação de professores, tem sido anunciados como soluções, em si mesmos para os problemas da educação. Pode-se aumentar tanto o espaço quanto o tempo na formação de professores ou nas redes de educação de maneira geral, sem a qualidade da formação e da educação sejam melhoradas. (PONCE, 1997, p. 43, 44).

Salienta-se que na implantação da LDB, quando foram articulados os dizeres “Conhecimentos de Filosofia e Sociologia” para garantir a flexibilidade do currículo e colocar em segundo plano estes importantes saberes para a formação dos jovens que cursam a Educação Básica. A sua volta, como obrigatória em 2008 e sua articulação na grade curricular nos estados, traz consigo o mesmo arranjo institucional para deixar mais uma vez a Sociologia em segundo plano e dificultar o trabalho do professor de Sociologia que, assim como os demais professores são prejudicados no atual modelo educacional, conforme afirma Ponce, o professor é

[...] desconsiderado como criador de projetos e é desvalorizado com baixos salários e condições ruins de trabalho, é pressionado por um dia-a-dia corrido

e tarefeiro. O tempo sempre lhe é curto para os múltiplos afazeres que lhe são solicitados, seja pelo grande número de aulas que tem de dar para sobreviver; seja pela pressão da burocracia que o obriga a gastar mais tempo com o preenchimento de papéis e relatórios do que com a sua tarefa fundamental; seja porque não dispõe do tempo que julga necessário com os alunos para a construção do conhecimento, ou ainda por que não dispõe do tempo necessário para construção do seu projeto de trabalho. O tempo é uma das razões de angústia do professor. (1997: 17,18).

E no momento, a situação dos professores de sociologia ainda é mais grave.

“Apesar de você amanhã há de ser outro dia...” (BUARQUE, C. 1970).

Em meio às diversas formas de impedimentos e contradições na condução da prática docente para os profissionais alocados na rede Pública, muito se tem feito. E muito poderá ser feito, principalmente para que se possam remodelar os tempos escolares e perceber as reais necessidades do ensino médio. Assim, as aulas serão mais eficazes nos processos de aprendizagem da Sociologia e das demais disciplinas, sempre entendendo a sociologia como uma ciência que tem um papel de atuar na esfera da mudança, da construção da cidadania, da democracia, da convivência com as diferenças, mas sempre, na não conformidade com as injustiças. Para isso esta não age isoladamente, pois como demonstra Paro, a escola possui uma função social, que pode ser entendida como a busca de uma educação que possa:

[...] favorecer uma vida com maior satisfação individual e melhor convivência social. A educação, como parte da vida, é principalmente aprender a viver com a maior plenitude que a história possibilita. Por ela se toma contato com o belo, com o justo e com o verdadeiro; aprende-se a compreendê-los, a admirá-los, a valorizá-los e a concorrer para a sua construção histórica, ou seja, é pela educação que se prepara para o usufruto (e novas produções) dos bens espirituais e materiais. Tudo isso não se dá como simples aquisição de informação, mas como parte da vida [...] (PARO, 2007, p. 21,22).

A volta da Sociologia para o currículo da Educação Básica sempre foi uma reivindicação de organizações de estudantes de Ciências Sociais, sindicatos e até mesmo

de especialistas em Educação que consideram a importância no papel da Sociologia na construção da cidadania dos indivíduos em sociedade, tendo inclusive o destacado sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes que defendeu esta “bandeira” já na década de 1950. É dever lembrar como a Sociologia foi tratada a partir do regime militar, tudo passa a ser moral e civismo. Assim, de lá pra cá pouco se avançou como constata a pesquisadora Cassiana T. T. Takagi que dissertou sobre o assunto em *Ensinar Sociologia: Análise de Recursos do Ensino na Escola Média*.

Um outro problema é a ausência de discussão, pois há pouquíssimos estudos sobre o ensino de sociologia, embora a disciplina seja ministrada no nível médio, livros sejam escritos e estudantes de ciências sociais sejam formados para esse fim, mas as experiências dessa prática continuam dispersas, fazendo-se, pois necessária a reunião de informação acerca dessas práticas. (São Paulo, 2007, p. 16).

Será ressaltado nesta pesquisa, os aspectos relativos à implantação do currículo Oficial de São Paulo para Sociologia, mas aqui também poderão ser observados demais currículos engendrados por estados, seguindo orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs que traz consigo ideologias, como mostra a seguinte análise:

[...] tanto os PCN como as OCN são documentos elaborados no campo da recontextualização oficial (Estado), mas em contextos e por agentes/intelectuais distintos (campo da contextualização). Representam diferentes grupos de poder, projetos políticos, origens nos campos da contextualização, conteúdos, categorias, visões de sociedade, escola, ensino e sociologia. Assim, identificaremos as semelhanças e diferenças. (CASÃO; QUINTERO, 2007, p. 225)

O novo Plano Nacional de Educação que tramita na Câmara Federal possui em seu eixo de ação, um ensino Público com foco em trabalho e ciência. Em que medida o currículo de Sociologia pode dar conta de atender a esta proposta sem estar

imerso no universo de reprodução de uma sociedade regida pelas desigualdades sociais. Há uma interpretação do senso comum que uma “formação para o trabalho” (PNE, 2011, Art.1º) significa a formação para o mercado de trabalho. Assim, conforme a teoria de Bourdieu, o campo das interações,

desvenda como reprodução, pois como considerar o campo, lócus do consenso, como espaço da transformação? Se as estratégias de subversão são ritualísticas, a História só pode se resumir ao movimento dos atores no interior de um determinado espaço social. Lembremo-nos, porém, de que a necessidade de reprodução não se limita a um campo específico, mas se estende ao mais diversos pontos do mundo social. Sabemos que toda a ordem se assenta na hegemonia (consenso) e que os agentes se encontram perpassados por campos sociais diferentes que tendem à reprodução: dentro dessa perspectiva, onde se situaria a mudança? (Apud ORTIZ, 1994, p. 27).

Não se pode permitir que o Estado, em conjunto com a sociedade deixe de refletir sobre os efeitos das políticas educacionais, principalmente quando problemas como estes são detectados,

[...] sem dúvida nenhuma, hoje a principal falha da escola com relação a sua dimensão social parece ser a omissão na função de educar para a democracia. Sabendo da gravidade dos problemas e contradições sociais presentes na sociedade brasileira – injustiça social, violência criminalidade, corrupção, desemprego, falta de consciência ecológica, violação de direitos, deterioração dos serviços públicos, dilapidação do patrimônio social, privatização dos bens públicos e do Estado, etc. – que só fazem agravar com o decorrer do tempo, e considerando que uma sociedade democrática só se desenvolve e se fortalece politicamente de modo a solucionar seus problemas se contar com a ação consciente e conjunta de seus cidadãos [...] (PARO, 2007, p. 18).

O processo de ensino não pode impor ideologias que corroboram para a reprodução (BOURDIEU, 2009) da ordem vigente ou legitimar acriticamente modelos de sociedade, ainda mais que o sonho de nação verdadeiramente democrática está distante, pois o Brasil atual se mostra muito desigual e vivencia um momento de

otimismo consumista fortemente ligado à expansão de crédito e o consequente endividamento da população, a exemplo do que ocorreu recentemente na maior economia do planeta, os Estados Unidos. É possível que não só com a Sociologia, mas com a Educação, o indivíduo possa perceber as injustiças e intervir, praticar a mudança.

Haverá pesquisa documental e qualitativa participante com docentes concursados de Sociologia da rede oficial do Estado de São Paulo, diretorias de ensino da região Leste, levando a tomada de atitude diante desta realidade.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos Para uma teoria do sistema de ensino**. 2ª edição, Petrópolis: ed. Vozes, 2009.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Limitada, 1983.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Projeto de Lei 8035/10**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências.

CASÃO; Carolina Dias Cunha; QUINTERO, Thaís Cristiane. **Pensando a Sociologia no Ensino Médio através dos PCNEM e OCNEM**. Londrina: Mediações, 2007.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. Org. Ática. São Paulo, 1994.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino**. 1ª edição, São Paulo: Ática, 2007.

PONCE, Branca Jurema. **O tempo na Construção da docência**. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC, 1997.

TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. **Ensinar Sociologia: análise de recursos do ensino na escola média**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2007.